

FUNDAMENTOS DA DIREÇÃO DA CURA PSICANALÍTICA: da angústia ao desejo na clínica da histeria e da neurose obsessiva¹

Publicado em Cadernos do Tempo Psicanalítico número 1, Ed. SPID, R.J., pags. 121-132, 1995

Introdução

Para introduzir, quero chamar a atenção para a escolha do eixo dessa discussão. Privilegio a angústia em lugar da tradicional referência à transferência na abordagem à nossa questão. Passo a justificar minha escolha. Em primeiro lugar, nessa mudança de eixo trata-se de um exercício de rigor teórico: desenvolver as conseqüências para uma clínica psicanalítica da releitura por Lacan da obra freudiana, a partir do privilégio que concedeu então ao *Além do Princípio do Prazer*. Trato de destacar aquilo que são, de acordo com a análise do pensamento de Lacan que venho procedendo, as implicações éticas, estéticas e políticas da referência privilegiada à pulsão de morte, no que concerne aos princípios do poder da cura psicanalítica.

O reconhecimento do caráter traumático, disruptivo e compulsivo das pulsões², conduz Freud no sentido de um aprofundamento do mal-estar e da angústia na cultura. Esse tema, já bastante elaborado em 1908³, recebe novo impulso ao final da obra, quando Freud expressa explicitamente sua convicção acerca das relações entre a civilização e a renúncia pulsional, bem como com o masoquismo.

As reflexões freudianas desse período nos desestimulam a procurar no cerne do funcionamento psíquico humano alguma “*determinação da criação no sentido de que o homem seja feliz*”⁴.

Entre as fontes de mal-estar que acosam a existência humana, a mais difícil de aceitar, de inscrever psiquicamente, é o outro, o próximo. Reconhecemos aí as marcas da filosofia política de Hobbes. O outro é fonte de angústia (medo), porque o homem é o lobo do homem. O “próximo” não é o “semelhante”, o igual perante a lei. Daí a profunda estranheza que Freud manifesta quanto ao mandamento “*Amai ao próximo com a ti mesmo*”. Mandamento aberrante, exorbitante, que impõe a renúncia do gozo que é servir-se, explorar, utilizar o outro em benefício próprio. O gozo implica o mal do próximo. A lei impõe a renúncia ao gozo. Serve à economia das trocas simbólicas, trocas reguladas por uma ordem que assegura um prazer menor, mais certo, mais seguro, mais útil, ao preço de uma traição fundamental do gozo próprio. Os bens simbólicos são bens trocáveis, cujo valor é relativo. Aferimos seu valor pela sua representatividade com relação a um bem necessariamente excluído – radicalmente foracluído e por isso mesmo singularmente único – da cadeia de substitutos. Verifica-se o valor simbólico como valor sempre relativo a outros bens.

Vemos assim que é o desejo do Outro que faz a lei daquilo que o sujeito deverá desejar. A proibição do gozo é seu perpétuo incitamento. A morte do gozo, a renúncia a essa “Coisa” (*Ding*) que o garantiria é a condição do advento do desejo e das “coisas” (*Sache*) que por meio dele somos levados a produzir, criar, inventar. Conseqüentemente, a insatisfação do desejo deriva da interpretação histórica da lei

como proibição. O desejo histérico é sustentar o “desejo do pai”. A impossibilidade de realizá-lo deriva da interpretação obsessiva da lei. Recusar-se à determinação simbólica, reivindicar sua autonomia com respeito a ela, garantir-se de que aquilo que seu desejo visa não porta nada de incestuoso é o destino obsessivo. Ambos, e cada um a seu modo, estruturam o essencial do mal-estar, da angústia neurótica diante da castração, da limitação do gozo pela lei do desejo. Por isso Lacan dirá que a angústia de castração não é o impasse último da neurose, pois que a castração, o neurótico a reconhece até muito bem⁵. A dificuldade reside em dedicar, em fazer de sua castração a garantia da castração do Outro.

“*Amar ao próximo como a si mesmo*”, mandamento impossível de cumprir porque exige admitir no outro essa mesma marca, esse mesmo traço unário da constituição de todo sujeito possível, o traço de uma falta a ser, de uma hiância, ruptura, fenda por onde se delineia uma ausência fundadora. O inconsciente, diz Lacan, é um *Umbegrieff* menos no sentido de que é um conceito fundamental e muito mais no sentido de que é o sujeito como um eterno “não conceituado”, “não advindo”, o sujeito ainda em vias de se constituir⁶.

O inconsciente como causa não é a lei do desejo. A lei é o que determina a repetição de eventos previsíveis ou, como dizíamos ainda agora, substituição em cadeia dos objetos trocáveis ou simbólicos. O comparecimento do inconsciente é o efeito de uma falha no efeito ordenador da lei, que é a intervenção mesma do desejo do Outro. Deixa entrever um outro objeto, cuja estrutura é irredutível aos princípios ordenadores da cadeia simbólica. Esse objeto é o objeto da angústia, e é dele que os objetos da lei e do desejo são representantes. A cura analítica vai encontrá-los como fixações ou impasses da dialética intersubjetiva onde o desejo se constitui como desejo do Outro. Sua função será restituir-lhes sua dimensão metafórica.

Freud situou esse divórcio entre o inconsciente como causa e o inconsciente como lei do desejo por meio dos paradoxos do gozo que Lacan destaca em seu seminário sobre a Ética da psicanálise. A obediência moral não é apaziguadora e sim um incremento à auto-agressão. O homem, quanto mais renunciante, mais auto-acusador se manifesta. A hipertrofia da consciência culpada do obsessivo é disso bem ilustrativa. O inverso da obediência à lei moral não constitui uma solução. Quanto mais o sujeito avança na direção do gozo, mais alguma coisa alheia à sua vontade, “como por acaso”, o detém, paralisa, inibe. “Fracassados por causa do sucesso”, ou ainda criminosos em consequência de um sentimento de culpa, são indivíduos movidos por uma misteriosa e extraordinária força que se manifesta como uma necessidade inconsciente de punição. Em ninguém, mais do que no histérico, o sentimento de culpa parece completamente inconsciente.

Por meio desses paradoxos, o que se entrevê é: mais além do princípio do prazer, regulado pela lei inconsciente do desejo do Outro, desponta um objeto, nomeado “objeto *a*” por Lacan em função de sua estrutura imprópria à egoificação, que é seu laço com o objeto do gozo. Objeto radicalmente inconsciente, representa um sujeito não regulado pela lei do significante, ou seja, não é um sujeito para outro sujeito, mas é um sujeito em vias de advir, é propriamente falando, um objeto a “ser” ou a “ter”. É no nível das relações do sujeito com um “objeto *a*” singular (o objeto oral na histeria e o objeto anal na neurose obsessiva) que podemos focalizar a especificidade da angústia de castração (ou do sentimento de culpa) num e noutro caso, bem como a natureza do “rochedo da castração” que embaraça o acesso à feminilidade ou ao gozo.

A pulsão de morte e o desejo do analista: ética, estética e política do ato analítico ou sobre as razões para privilegiar a angústia na direção da cura analítica

Isso posto, passemos a descrever algumas das “conseqüências psíquicas” da radicalização da lei da castração que emerge da releitura de Lacan do *Além do Princípio do Prazer*. Trataremos de encontrar as implicações dessa perspectiva para uma releitura dos dois princípios do funcionamento psíquico (prazer e realidade), bem como para a direção da cura psicanalítica das neuroses.

Para começar, que o objeto inconsciente seja um “a” por advir significa que tudo que o homem busca é irredutível ao que poderá ser reencontrado. Eis aí de que os paradoxos morais são a evidência: o essencial da lógica do funcionamento psíquico é que o homem se priva dos objetos comuns – esses que nos confortam e que podem ser trocados, que podemos amar ou odiar – para afirmar a dependência radical do seu desejo ao um objeto inesquecível, suprimido, apagado, censurado e portanto enfatizado pela ordem simbólica. Para além de toda medida, bom senso, acordo ou consenso, justiça ou utilidade, para além de tudo que existe, de tudo que é, de tudo que podemos ter ou não ter, há um objeto que garantiria não o prazer, mas o gozo.

Eis porque a cura psicanalítica se rege pelo princípio de que o lugar vazio desse objeto deve ser permanentemente garantido por meio do corte introduzido pelo ato interpretativo do analista. Como na arte, e contrariamente à ciência e à religião, a psicanálise é uma práxis que promove, que contorna, que faz surgir o lugar vazio onde se insinua, desponta o objeto do desejo. A psicanálise é uma ética do desejo. Fazer surgir o vazio não é “assumir a castração” como certa vertente pós-lacanianiana interpretou os princípios da ética. É, ao contrário, não ceder do objeto inesquecível do seu desejo, não esquece-lo por meio do recalque, não recuar diante desta compulsão que é a vontade de destruição direta da pulsão de morte. Não transigir com os engodos que o princípio do prazer/realidade oferece à satisfação pulsional. Assumir uma vontade de novos começos, com novos custos.

A ética da psicanálise nos impõe que sejamos privados do paciente como objeto de satisfação, para sustentar nosso desejo de analista. Abstinência do desejo de cura, eis porque a barreira do bem deve ser transposta. A revelação do desejo é o princípio de uma ética cruel que põe a nu o lugar vazio na ordem das coisas do objeto do nosso desejo. Esse princípio permitiu que, com apoio nos textos freudianos, pudéssemos, com Lacan, chegar a articular de maneira inteiramente nova e original a questão do prazer e da realidade. A concepção freudiana do prazer é inseparável do princípio de realidade. O prazer, para Freud, pressupõe que a satisfação a ser encontrada é impulsionada por uma falta radical do objeto que poderia proporciona-la. Isso significa que toda satisfação só poderá ser encontrada pelas vias das satisfações já obtidas, ou seja, reencontrada nas malhas do princípio de realidade. Eis porque a transferência é o fechamento da realidade sexual do inconsciente. Reencontramos aqui a fórmula “tudo que o homem encontra é diferente daquilo que ele busca.” E isso nos põe na trilha da proposição de Lacan com respeito à repetição.

É no campo do princípio do prazer, onde se o sujeito se rege pelo retorno dos signos ligados à satisfação e à constituição da sua realidade que é sua história, que se abre um furo. Eis o que convoca, para além das satisfações encontradas – se elas são reencontradas – a repetição mais verdadeira, a compulsão à repetição, o retorno à

desordem, ao caos, o comparecimento da angústia, afeto que não engana, ao contrário, aponta que o objeto a está ali, na área, *Unverdrangt* (não o recalcado originário, mas o irrecalcável).

Vemos que a memória de uma falha, de uma falta, é rival da história individual e das satisfações que o sujeito poderá reencontrar trilhando os percursos pré-ordenados por ela. A experiência da angústia é a memória dos tempos heróicos do gozo que o advento da cultura destronou.

Isso posto, vemos que a via da estética é uma estratégia na práxis analítica, pois que se trata de conduzir o sujeito pelas vias de uma busca que retorna sempre ao mesmo lugar, o de um encontro faltoso, onde se impõe recomeçar.

Recomeço que precisa ser sempre outro, sempre novo, ou faltará a garantia mesma do princípio do prazer/realidade: sua ancoragem no objeto do gozo. Sem isso, não haverá nenhuma consequência política da práxis psicanalítica, senão a conservação da ordem, a reprodução da história, a rememoração da biografia. É à escuta da analista que atribuímos o papel daquilo que vem reconhecer a possibilidade da diferença no campo da repetição marcada pela história. É preciso apostar no risco implicado na repetição pulsional, no “*trieb* por vir”, no não sabido, no não historializado.

É só por isso que a psicanálise não é uma ciência do inconsciente. Também não é uma religião ou uma *Weltanschauung*. E isso porque não há saber, não há história que se possa reunir acerca do objeto que o sujeito busca. Também não é possível esquecê-lo, assumindo a impossibilidade de reencontrá-lo. A política da psicanálise é produzir essa abertura que é a atualização da realidade sexual do inconsciente: deseja-la, espera-la, implica em valorizar a angústia, que é o único sinal seguro de um algo ainda por vir.

Dar primazia à angústia é dar primazia a esses momentos em que o sujeito “se perde”, e não ao saber que, na posterioridade dos efeitos desse encontro verdadeiramente real, lhe permite reencontrar-se. Lacan nos adverte que o sujeito aí está em sua casa, na intimidade com a mais absoluta estranheza que o constitui.

Entretanto, o manejo correto da angústia exige que o analista deva evitar reduzir o comparecimento sempre novo do sujeito às angústias próprias ao complexo de castração: a reivindicação feminina do falo ou medo masculino de submeter-se a outro homem. Se ambas implicam o repúdio da feminilidade, é porque são armaduras defensivas, são angústias postiças, que permitem reduzir a força transgressora da verdadeira passagem pela angústia que é onde o analista tem o dever ético de conduzir seu paciente.

Entre o gozo e o desejo, o sujeito somente comparece neste lugar onde “está em vias de se constituir” pois aí ele “não é” e “não tem”. Na posterioridade dos efeitos desse encontro real com a falta que o renova, o sujeito será não menos “o que apenas terá sido”. O sujeito é, nesse sentido, radicalmente excêntrico à história ou ao saber.

O desejo verdadeiramente analítico é o da pulsão de morte. Este desejo não é o de um obscuro retorno ao inanimado, ou de um mítico nirvana. A pulsão de morte é o verdadeiro desejo feminino, desejo de não ser e não ter.

Tomar a angústia como objeto, deseja-la produzi-la, eis o que entendo que Lacan nos sugere como recurso para atravessar o impasse da castração. É deste ponto de vista que pensamos poder delimitar melhor os obstáculos para o final da análise.

A angústia e seu objeto a na clínica da histeria e da obsessividade

Em toda angústia é preciso estabelecer a diferença entre o “ponto de desejo” e o “ponto de angústia”, para que se possa cumprir pela análise uma diferenciação entre o sujeito e o Outro, no qual, se ele está indiferenciado, está identificado a um “objeto *a*”⁷, um obstáculo, mas também uma fonte da renovação subjetiva.

Na histeria, isso se manifesta numa forma dita masoquista: desejo de nada. Desejo de um resto da demanda, de um desejo que não sirva para nada, ou melhor, que não possa tomar como índice do seu valor, o valor relativo a outros objetos valorizados. Esse desejo se mascara na demanda do falo. Se, ao final da análise, o paciente reivindica o falo que lhe devemos, é porque não diferenciamos suficientemente o objeto do desejo do lugar da falta ou do gozo, que constitui a satisfação. De acordo com Lacan, Freud teria deixado as mulheres sobre a via da reivindicação fálica. Impasse do desejo, se não se faz da angústia uma abertura. Teria escapado a Freud que “*se a mulher quer o falo é para fazer melhor que o homem*”. A demanda do falo não é o desejo feminino, e sua relação com a mãe foi Freud quem primeiro assinalou. Veja-se a homossexualidade feminina. Na reivindicação fálica, a outra mulher é elevada à condição de *phallus* absoluto. Nessa condição, a mulher nada mais faz que se encarregar do fracasso masculino.

Toda a questão da histeria, no que ela é acompanhada inclusive de episódios de homossexualismo mais ou menos manifestos, é o de uma conjunção em impasse: a ignorância quanto ao lugar da conjunção sexual e a impossibilidade, portanto, de realiza-la. É porque o *phallus* não pode realizar o encontro dos desejos que a mulher é levada a reivindicá-lo. O *phallus* não se encontra lá onde deveria estar, pois o orgasmo o anula no plano imaginário. Eis porque, ao nível da relação genital, a angústia é a verdade da sexualidade. No registro fálico, a angústia relaciona-se ao campo onde a morte se liga estreitamente com a renovação da vida. A angústia é o sinal do apelo a um gozo que ultrapassa os limites do eu. A morte individual, a pulsão de morte, é o fundamento do orgasmo. Demandamos o orgasmo para satisfazer uma demanda do Outro que nos demanda a nossa morte.

O desejo fálico não é, entretanto, o desejo primordial. Para além do complexo de castração e do seu objeto, o *phallus*, é preciso delimitar os regimes de funcionamento do objeto no plano das demais pulsões, configurando assim os obstáculos que se colocam para o final de uma análise. A angústia é o que permite esclarecer que a função do “resto”, do objeto parcial, é animar e sustentar o desejo, enquanto que a falta é outra coisa e relaciona-se com a satisfação. Freud, segundo Lacan, não soube diferenciar um e outro. Freud não soube abordar essa não coincidência da falta de que se trata verdadeiramente na relação com o desejo, porque no fantasma ela se estrutura sempre em torno de um objeto parcial. Essa não coincidência em ato é o que causa a angústia que visa a verdade da falta: a disjunção entre desejo e gozo. O impasse de Freud diante do complexo de castração teria tido então a consequência de levar o movimento psicanalítico a um refluxo na teoria, que é procurar a solução do problema no nível da pulsão mais primitiva, que é a pulsão oral. De resto, já conhecemos bastante o destino dessa problemática. A prática psicanalítica perdeu seu suporte na função e campo da fala e da linguagem⁸ para ir buscar na suplementação da função materna sua estratégia terapêutica.

O impasse da histeria diante do complexo de castração se equaciona, se tomamos os destinos da pulsão oral tão somente como a metáfora que permitiria abordar o objeto

desconhecido da pulsão no nível fálico. Ao nível do complexo, o objeto da função fálica é *-phi*, ou seja, não é visível, é uma mancha irreduzível no campo especular. O engano do desejo coordena-se visual e espacialmente com esse lugar vazio, que é sua condição *sine qua non*. Essa constatação exige que revisitemos a famosa “experiência de satisfação” do lactente ao seio da mãe, para elucidarmos a relação de estrutura que o desejo tem com a falta, sempre obscurecida pelas leituras que se mantêm sob a crença no primado do princípio do prazer. Ao nível da pulsão oral, intervém, na constituição do objeto do desejo, uma homologia estrutural com a função fálica e a singular dissimetria entre os sexos que, é um obstáculo à conjunção sexual. Pois, a língua joga na sucção (e não menos na fala) essa função essencial de aspiração e sustentação do vazio. O objeto da pulsão oral não é o seio ou o leite, mas é no vazio contornado pelo ato de sugar que ele é constituído. Isso é o suficiente para explicar que a angústia, nesse nível, é do outro materno e seu fantasma de vampirismo, de ressecamento do seio.

A condição do orgasmo é igualmente a detumescência do órgão fálico. No nível fálico, igualmente, o lugar da angústia e do desejo não coincidem. Acham-se invertidos, se comparados à estrutura da pulsão oral. A angústia aqui é do sujeito e é o Outro quem deseja a privação do órgão. No orgasmo haverá coincidência entre a angústia e o desejo. Se Freud diz que o orgasmo representa a maior satisfação, é apenas em razão dessa ligação com o fundo de certeza assegurado pela angústia. O orgasmo é a única angústia que não é o sinal que aponta a aproximação ao objeto *a*, pois que é a única angústia que se atinge realmente. Eis porque a o orgasmo feminino, na falta da realidade fálica, permanece não-situado. Não havendo para a mulher essa coincidência entre o desejo e a angústia, lhe faltará certamente essa garantia, essa certeza “daquilo que ela quer”.

Transcender a angústia é submeter à análise o objeto ao qual ela está ligada. A pulsão escópica funciona aí como analisador da angústia de castração. Incitamos a contemplação da própria angústia, tomando-a, portanto, como objeto. É enfrentando-a que se pode desmascarar esses objetos aos quais a subjetividade do sujeito se mantém fixada e que se velam sob a angústia fálica. Uma vez que o olho se constitui como espelho do olhar do Outro, olhar que constitui um primeiro espaço, um primeiro objeto, o olho, como objeto parcial, é uma mancha, um quiasma que persiste como sinal da não liquidação da relação primordial. Nulifica-lo, reduzi-lo a um ponto zero, é assim que o desejo mascara a angústia daquilo que falta radicalmente ao desejo no plano imaginário e que nos comanda se permanecermos no campo visual. A demanda de nada, de zero de desejo, é reveladora da angústia histórica. Seu fantasma de eviração do falo em boca mostra o laço da histeria com a pulsão oral, com a necessidade no Outro. O sujeito histórico não pode situar-se com relação ao fato de que ele não passa de um mamilo colado no corpo da mãe. A não disfunção do mamilo como “objeto *a*” tem a conseqüência que ele crê que é o Outro que tem algo a ver com este objeto *a*. Assim ele pensa que tem alguma coisa a fazer, a restituir, a oferecer à mãe, o grande Outro. O inverso da reivindicação fálica é a dedicação generosa de quem “não espera nada para si”.

Somente a voz ultrapassa a ocultação da angústia no desejo. Sua fonte é o desejo primordial, aquele vinculado ao assassinato do pai primitivo e que vem situar o interdito impossível de transgredir⁹. A voz é um objeto *a* que possibilita um *detour* e abre dimensões novas da relação do desejo com a angústia. A pulsão invocante tem uma

afinidade mais evidente com a função criadora do vazio. Toda emissão fônica ressoa num vazio que é o vazio do Outro, *ex-nihilo*, vazio da falta de garantia do Outro. O significante entra no mundo como um eco no real, como uma voz no imperativo que reclama obediência, convicção. Todos os objetos *a* surgem, portanto, como dons, objetos de um sacrifício que se é levado a fazer em razão do desejo do Outro, para que o Outro não se angustie, para que deseje, para que sejamos desejáveis. A angústia gira em torno do desejo do Outro, é o eco de sua voz.

O sintoma obsessivo é exemplar. Se ele não obedece, não se angustia. Só então ele pode entrar em análise, pois é só então que “isso tem uma causa”, é só a partir daí que o objeto *a* aparece como causa. Eis o que possibilita que se opere a transferência, pois que a emergência de uma questão põe em causa o desejo do analista. A angústia do obsessivo é a constatação do desejo no Outro, na medida que ele emerge aí na sua forma pura, a voz que o acusa. Ele se esforça por recalcar o sentido profundamente inconsciente desse desejo, reduzindo-o à demanda. O Outro deve sempre autorizar-lo e o obsessivo não cessa de demandar-lhe isso. É nessa medida que o objeto *a*, como causa, virá se situar no estágio anal, onde a demanda domina. Como todo objeto *a*, o objeto excrementício situa-se como um bloqueador do desejo primordial. As vezes não são efeito do desejo anal, são a causa, pois que fecham a dialética do desejo e sua dependência da fala. Todas as determinações anatômicas do homem convergem quanto ao seu valor de destino: são obstáculos à compreensão, uma vez que todas dependem da relação ao significante, de um lugar Outro que se aloja no real do corpo.

Por meio de que, então, o excremento vem a representar um papel privilegiado na constituição subjetiva do obsessivo? O desejo anal se apóia na inibição do movimento de expulsão de algo “que não se deve reter” porque é um desejo e não interessa ao vivo. O excremento pode saturar o meio até torna-lo incompatível com a vida ou pode ser ainda aquilo que tentamos “reaproveitar”. É a demanda da mãe que originalmente que determina a retenção do excremento, para então alienar-lo, sob o efeito de uma demanda, para satisfazê-la. Com relação à demanda do Outro, “isso é ele”, mas não deve ser ele; ele deve rejeitar-se. A ambivalência própria aos sintomas do obsessivo nasce aí. Eis porque a organização fálica se prestará magnificamente para recobrir sua divisão. Quanto a nós, ficamos perplexos, pois tudo com respeito ao nível fálico está simbolizado para o obsessivo, a divisão do sujeito, a união sexual impossível. Somente uma coisa não está aí, o desejo. Para aceder ao desejo ele toma a via da potência, da reflexão especular, do suporte narcísico, da mestria de si com o campo do Outro. O desejo, o obsessivo só o concebe por meio dos seus fantasmas nunca realizados de potência, projeção do sujeito no campo do ideal. A onipotência recobre a angústia e é efeito do fantasma de um deus todo poderoso, onipresente e onisciente. É por isso que o obsessivo só os realiza com a condição de que não seja ele o autor desses atos. A evocação do Deus por meio da blasfêmia, que é tão comum na neurose obsessiva, lhes assegura esse lugar de exterioridade. O obsessivo é alguém que crê em Deus, crê no olho universal que vê todas as nossas ações. Para os grandes crentes, é importante que “não creiam em Deus”, pois essa é a condição para que a estrutura do seu fantasma fique invisível. A eliminação do fantasma de onipotência, não podemos nos enganar a esse respeito, não depende de que o sujeito afirme “que não serve a Deus nenhum”.

Por meio dessas reflexões, podemos situar como se enquadra para o neurótico obsessivo essa disjunção fundamental, no plano sexual, entre o desejo e o gozo. O

lugar de impossibilidade, que o obsessivo confere ao objeto do seu desejo, testemunha esse laço a um objeto perdido “nojento”, objeto causa de toda a mais alta produção idealista. Esperamos ter evidenciado a estrutura do desejo obsessivo na relação ao seu fantasma e à angústia que o determina.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- Agradeço a Ana Maria Rudge e a Eliane Mendlowicz pela interlocução permanente, pelo confronto fecundo e pelo estímulo e confiança que depositaram nessa pesquisa quando ela era ainda uma promessa longínqua de uma satisfação impossível.
- 2- cf. Freud, S. 1920 *Além do Princípio do Prazer*, Ed. Imago, Vol XVIII ESB
- 3- cf. Freud, S. 1908, *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna*, Vol. IX
ESB
- 4- Freud toma emprestadas as palavras do poeta e que reproduzimos literalmente.
- 5- Cf. Lacan, J. 1962/63 Seminário X *A Angústia*, inédito.
- 6- Cf. Lacan, J. 1964/65 Seminário XI, *Os quatro Conceitos Fundamentais*, Jorge Zahar
- 7- O objeto *a* é um resto de indiferenciação entre o sujeito e o Outro na dialética intersubjetiva. Resto de literalidade, encravada na máquina simbólica que é uma máquina metafórica, que opera a transposição do gozo ao símbolo. É um resto de corpo, de gozo não simbolizado, gozo do qual o sujeito não foi privado pelo corte simbolizante do desejo do Outro. O objeto *a* representa o impasse encarnado, no acesso do desejo à coisa. Relaciona-se sempre com a captura do objeto do desejo no campo da demanda, ou, dito de outro modo, sua redução a um objeto imaginário.
- 8- Cf. Lacan, J. (1953) “Fonction et Champ de la Parole e du Language” in *Ecrits*, Editions du Seuil, 1966
- 9- O homem não pode não significar. A dependência do desejo humano com relação ao campo da fala e da linguagem Freud prefigurou, desde o seu *Projeto de Uma Psicologia Para Neurologistas* de 1895, através da mais inespecífica das ações humanas, o grito. Essa parte da “constelação real da angústia” Freud a situa de forma privilegiada como o desejo primordial que instaura o desenvolvimento da fala, assim como da lei, que é a inscrição da dor, origem da linguagem.